

MORADIA E IDENTIDADE ÉTNICA

Lauro Cavalcanti e Dinah Guimarães

(Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro)

INTRODUÇÃO

Dois fatores principais concorrem para a idéia de realizar este trabalho. O primeiro deles data da época de lançamento de nosso livro *Arquitetura Kitsch Suburbana e Rural*, no qual procurávamos colocar em questão o etnocentrismo da classe de arquitetos, os quais elegiam o gosto de sua camada como absoluto e classificavam como sendo de mau gosto toda produção de moradias dos subúrbios cariocas. Embora a idéia de relativização do gosto haja tido boa aceitação, uma pergunta era recorrente em todas as palestras nas quais íamos falar sobre o livro: qual a origem do uso de cores berrantes nas fachadas dessas construções? Invariavelmente a questão vinha acompanhada de uma resposta *a priori* que atribuía tanto o uso de cores quanto o excesso de ornamentos à origem e influência dos negros em nossa arquitetura. Sem possuir tal assertiva o menor fundamento e tendo como matriz a velha divisão de nossa cultura em elementos com traços das três tradições culturais — indígena, negra e branca — que a formariam, traz ela em seu bojo o mesmo preconceito e hierarquização que apontávamos no trabalho, pois atribuía dados ditos “cafonas” à etnia considerada como “menos favorecida” das três. O outro fator que contribuiu para a elaboração deste artigo foi a leitura do texto *A Representação do Trabalho Alemão na Ideologia Étnica Teuto-Brasileira*,

de Giralda Seyferth. Neste ensaio, a autora aponta como estariam imbricados no caso do colono alemão as noções de moradia e etnia, bem como são efetuadas acusações usando-se estes aspectos, ao se atribuir a casas de italianos ou caboclos e negros características de mau gosto e sujeira.

Deste modo, o presente texto almejaria, com todas as limitações que sua própria natureza impõe — anotações para pesquisa posterior — verificar a eficácia do estudo de representações sobre moradia para a análise de construções de identidade étnica. Partiremos, como hipóteses inicial de trabalho, da noção de que o conceito de casa, além de ser importante para a construção de uma auto-imagem, seria ainda acionada na atualização de preconceitos, principalmente como fator acusatório envolvendo etnias diversas.

A relação entre casa e etnia, bem como sua manipulação, sempre foi fator de certa discussão entre arquitetos, acirrando-se na década de 20, quando uma corrente buscava atingir um “estilo internacional” que estivesse acima de regionalismos e raças, opondo-se a ela arquitetos que consideravam importante a manutenção de um caráter étnico e nacional nas construções. Parte desta discussão, principalmente aquela travada na Alemanha, é relatada por Charles Jencks em seu livro *Modern Movements in Architecture*: “Os argumentos utilizados por Hitler em seu livro *Mein Kampf* eram simples ao extremo: a arte degenerada era ocasionada pela influência dos judeus: a casa com teto plano é oriental sendo esta judia e bolchevique. Portanto a Bauhaus, CIAM, Le Corbusier eram conspiradores judeus e comunistas. A interpretação racista da arquitetura foi posteriormente desenvolvida em 1928 pelo influente arquiteto Paul Schultze-Naumburg, através de dois livros básicos: *Arte e Raça* e *A feição da casa alemã*. O último livro sustentava a idéia da existência de um caráter racial da casa alemã que a diferenciaria das demais (telhados planos), cabeças planas como um artigo situava o problema, enquanto o problema (*Arte e Raça*) alinhava as características positivas da casa germânica: telhado inclinado e expressão harmônica, através dos quais parecia transparecer as facetas de um homem honesto, bom e verdadeiro. Além de possuir esta benéfica expressão, a melhor arquitetura alemã — aquela do passado — fornece o sentimento de emergir do solo como um de seus produtos naturais, como uma árvore que mergulha suas raízes no interior profundo do solo e forma com este uma união. É isso que nos dá a compreensão do que seja um lar, de um vínculo entre sangue e terra — para determinado tipo de homem essa é a condição que dá significado a suas vidas e sentido à própria existência”.

Na atualidade, embora colocada em outros termos, continua a discussão entre partidários de um “estilo internacional” *versus* os defensores de construções com caráter regional. Sobre os primeiros recai a principal acusação de etnocentrismo e reducionismo arquitetônico, pois ignorariam

tais arquitetos as especificidades das construções de vários países, ao tentar impor um estilo que, embora se pressuponha internacional, possui uma clara matriz européia. Também nesse domínio temos a conhecida discussão envolvendo a assertiva de que a questão de classes daria conta de toda problemática, pois alguns arquitetos defendem a noção de que a classe operária no mundo inteiro seria uma só, cujas necessidades de morar deveriam ser atendidas por um modo racional de construir, próprio do “estilo internacional”. Os propugnadores de um “estilo regional” defendem tal procedimento por acreditar que forneceria construções que atenderiam melhor tanto às necessidades climáticas quanto à cultura de seus moradores. Aqueles que advogam soluções próximas ao clima no qual a construção está inserida, o fazem através do uso de uma tecnologia “nativa”, ou seja, própria aos moradores da região. A ênfase no aspecto “cultural”, por seu turno, daria conta principalmente da construção de casas de imigrantes que geralmente reproduzem o estilo e técnicas de seus locais de origem, muitas vezes em climas para os quais não seriam tais soluções as mais adequadas. Essa corrente, portanto, atribuiria à cultura papel primordial na elaboração da moradia, desprivilegiando, a nosso ver com acerto, certo determinismo geográfico de que padece a corrente anterior.

Para um estudo mais aprofundado sobre casa e etnia, necessário seria levantar a bibliografia existente e examinar em maior detalhe a ideologia embutida no discurso de cada uma das correntes descritas de forma apenas superficial no parágrafo anterior. Tal não será, portanto, a direção que tomaremos no presente estudo. Por suas próprias limitações já explicitadas, optamos por examinar apenas algum material que dispúnhamos da pesquisa sobre moradia nos subúrbios cariocas, bem como a descrição de breve estudo de caso sobre a compra por uma pessoa de raça negra de uma casa em pequeno condomínio de classe média-alta em Petrópolis. Julgamos que a análise de um material mais limitado possibilitará campo mais seguro para as pretensões de tentar estabelecer condições para posterior estudo a ser aprofundado, o qual viria a correlacionar de maneira mais sistemática representações sobre casa e etnia.

ESTUDO DE CASO

De modo a podermos analisar as possíveis relações entre grupos étnicos e as representações sobre aparência de suas moradias, tomaremos como base um breve estudo de caso realizado sobre tal assunto. Trata-se de uma investigação feita em uma comunidade restrita, composta por proprietários de casas de campo situadas na Estrada do Limoeiro, na Fazenda Inglesa, local este próximo à cidade de Petrópolis. Nessa estrada, existe um número restrito de residências, girando em torno de sete casas. Tais casas encontram-se localizadas bem próximas uma das outras, principalmen-

te no que se refere às quatro primeiras delas, situadas no trecho inicial da Estrada do Limoeiro. Os donos de duas delas apresentavam origens judias e eram muito ligados entre si, sendo também amigos próximos dos proprietários da terceira casa. Tal ligação levou inclusive os três casais possuidores dessas moradias a constituírem em conjunto uma piscina, localizada em terreno de um deles, mas frequentada por todos. Somente uma das casas desse trecho da estrada referida é que não participava tão ativamente do relacionamento social estabelecido entre seus usuários, na medida em que seus donos eram já os segundos proprietários da moradia, não havendo participado do grupo desde a época de construção das casas.

Durante a época em que frequentamos esse local, um dos donos de ascendência judia veio a falecer, resolvendo então sua esposa vender a casa após a morte do marido. Depois de anunciada sua venda, surgiram alguns possíveis interessados, sendo que afinal foi um negro quem manifestou a intenção de comprá-la. A partir daí, pudemos acompanhar os primeiros temores das casas vizinhas sobre seu provável comprador. Um desses temores girava em torno da origem social de tal negro, argumentando os proprietários das outras residências que a vinda para o local de uma pessoa de classe inferior poderia comprometer o "bom nível social" de que gozava a Estrada do Limoeiro, conhecida como local de elementos de classe média alta, havendo inclusive um embaixador entre os proprietários de casas ali situadas. Desse modo, as moradias de tal estrada poderiam vir a ser desvalorizadas, através da vinda de um negro para o local. Podemos notar que ocorreu, neste caso, uma primeira identificação imediata entre a raça negra com os estratos mais baixos da população por parte de nossos informantes. À desvalorização de suas residências juntava-se o temor com o estado de conservação da casa a ser vendida. Assim, supunha-se que esta moradia viesse a se tornar *suja*, *maltratada* e em péssimo estado de conservação, na medida em que viesse a pertencer a um negro.

Os temores acima referidos podem ser atribuídos à identificação entre *raça* e *classe* no caso do negro, como já apontamos no parágrafo anterior. Surgiram, porém, certos temores que, a nível acusatório, referiam-se não mais somente à camada mais baixa de seu futuro proprietário, mas principalmente à sua *raça*. Assim, ouvimos vários comentários que diziam que se a casa fosse comprada por um negro iria se tornar "cafona", através de reforma ou decoração da mesma a ser realizada pelo vizinho negro. Suposições sobre essa nova aparência da moradia relacionavam o gosto da raça negra a cores berrantes com que seriam pintadas as fachadas, ao uso de materiais construtivos considerados como de "mau gosto", tais como certos pisos cerâmicos, azulejos decorados, mármore colorido etc. Tais acusações tomavam como base não mais a classe inferior do dono de tal casa, mas sim, enfatizavam sua condição de negro, considerado com um gosto "cafona". Alguns de nossos informantes que não eram

judeus chegaram a afirmar que preferiam “ter um judeu como vizinho a um negro”, demonstrando desta forma seu preconceito contra as duas etnias mencionadas, embora o preconceito contra a raça negra tenha se mostrado mais acentuado no exemplo citado. Anotamos como interessante um estudo mais aprofundado sobre como seriam pensadas as casas negras e judias por parte de brasileiros pertencentes às camadas médias da população, estudo este que deverá dar razão a um trabalho específico sobre o assunto.

Após esse período de especulações sobre o comportamento do futuro vizinho, a casa finalmente foi vendida ao pretendente negro. Tal comprador revelou-se para nossos informantes um modelo de negro “paradigmático”, isto é, uma pessoa considerada pelo preconceito racial vigente como “um negro de alma branca”. Assim, situava-se ele em camada sócio-econômica semelhante a dos demais proprietários da Estrada do Limoeiro, possuindo portanto uma boa situação financeira e um bom nível de relações sociais, se dando com gente “de prestígio”. Além disso, o novo vizinho declarou haver estudado na Europa, sendo que sua noiva residia no momento nos E.U.A., onde também terminava um curso superior. A própria necessidade de lançar mão de tais afirmativas em seus primeiros contatos com a vizinhança demonstrou claramente a situação de tensão pressentida pelo novo vizinho em relação à sua chegada. Através delas, procurou ele manifestar talvez sua participação em valores considerados como positivos pela camada média-alta de nossa sociedade, de modo a facilitar sua aceitação por parte dos outros proprietários do local acima referido. Ao lado dessas afirmativas sobre seu círculo de conhecimentos e sobre seu *status*, o novo vizinho declinou também a alguns donos de casas próximas suas opiniões sobre a construção que acabara de comprar. Para ele, sua casa deveria passar por uma reforma de modo a poder eliminar alguns “símbolos judaicos” nela existentes. Tais “símbolos” seriam representados pelo “telhado borboleta” (cobertura com inclinação para o centro e calha central, ao contrário do telhado tradicional, com inclinação para as pontas), considerado por ele como “cafona e pouco prático”, e por alguns materiais construtivos empregados. Dessa forma, existiriam acusações em relação ao que ele considera como sendo inerente à “casa judaica”, carregando assim uma valorização negativa semelhante àquela anteriormente atribuída pelos vizinhos a uma suposta “casa negra”. Podemos portanto supor que existiria um nível acusatório presente nas representações sobre a aparência de casas referentes a grupos étnicos variados, como teremos a oportunidade de examinar mais adiante neste mesmo trabalho.

Apesar da tentativa do vizinho negro de ser aceito pelos outros donos da Estrada do Limoeiro, persistiram acusações contra sua casa por parte de vários informantes. Assim, surgiram acusações de barulho contra sua

residência nos fins de semana, dias em que o novo vizinho promove festas e churrascos. Além disso, alguns furtos que vêm se verificando no condomínio são atribuídos ao "caseiro do negro", exemplificando, desta forma a assertiva de Roberto da Matta sobre a sociedade brasileira (*Relativizando: uma introdução à antropologia social*), quando este autor afirma que: "(...) o ponto crítico de todo o nosso sistema é a sua profunda desigualdade. Ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores (...) nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios. Esse é, parece-me, um ponto-chave em sistemas hierarquizantes, pois, quando se estabelecem distinções para baixo, admite-se, pela mesma lógica, uma diferenciação para cima. Todo o universo social, então, acaba pagando o preço de sua extremada desigualdade, colocando tudo em gradações" (p. 75). Aplicando essa teoria ao exemplo citado, poderíamos concluir que dentro de nosso sistema existiria sempre a possibilidade de um elemento possuir um inferior estrutural. Assim, embora o vizinho negro seja considerado como "inferior" aos outros proprietários do local em questão, o "caseiro do negro" seria considerado como alguém ainda mais "inferior" na escala hierarquizante de nossa sociedade, a qual compreenderia subdivisões entre patrão e empregado.

A CASA COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA

Em relação a vários grupos étnicos, poderíamos afirmar que a aparência da casa apresenta-se como um fator relevante na construção de suas respectivas identidades étnicas. No caso específico da casa alemã, a moradia aparece como elemento importante na construção da identidade étnica desse grupo, como já tivemos a oportunidade de abordar na introdução deste trabalho. Em seu já citado artigo, Giralda Seyferth argumenta que a aparência da casa e do terreno à sua volta poderia ser considerada como um dado de *diferenciação étnica* no caso do povo de origem alemã da região estudada, estando ligada à concepção de *Wohnkultur* (hábito de morar bem) (p. 25). A autora se refere ainda a uma citação de Max Tavares d'Amaral — em que a casa de origem alemã é descrita como tendo cortinas nas janelas, sendo limpa e bem arrumada, em contraposição, à casa de brasileiros (ou caboclos), a qual seria suja e cercada de capoeira (p. 26).

Em relação ao que foi abordado no artigo acima citado, gostaríamos de lançar mão de alguns aspectos da teoria sobre identidade étnica apresentada por A. L. Epstein (*Ethos and Identity*), no trecho em que este autor afirma que: "em seu sentido mais imediato, a etnicidade é um assunto de classificação, a separação e o agrupamento da população em

uma série de categorias definidas em termos de *nós e eles*". (p. 100, grifos nossos). Epstein refere-se a uma observação de Leach, quando este antropólogo afirma que por causa da maneira como somos geralmente educados, e de modo como nossa expressão verbal é organizada, acabamos nos encontrando em uma posição de *contraste*. Assim, afirma Leach (*apud* Epstein, p. 100): "*Eu me identifico com um nós somos, ou o que o outro dependerá do contexto*". Estendendo as afirmativas acima transcritas para o caso específico de nosso interesse, poderíamos talvez afirmar que cada etnia construiria sua noção de *casa* em contraposição a suposta aparência da casa de outros grupos étnicos. Assim, se a etnicidade pode ser entendida como a separação da população em termos de *nós e outros*, a construção dos teuto-brasileiros referidos, por exemplo, se faria a partir de certos elementos de contraste atribuídos aos brasileiros ou a caboclos do Vale do Itajaí. Enquanto a casa alemã seria *limpa e arrumada*, a casa cabocla seria *suja* e viveria em estado de *desordem*, sendo que a construção da noção do primeiro tipo de moradia estaria então, neste caso, baseada em um sistema de *acusações* em relação à casa cabocla.

Tal afirmativa poderá ainda ser complementada por outros possíveis exemplos a serem referidos, como no caso da construção da identidade étnica através da casa portuguesa. Em nosso livro *Arquitetura Kitsch Suburbana e Rural*, tivemos a oportunidade de examinar várias moradias de imigrantes portugueses. Uma delas, denominada na região de "Casa do Português", apresentava em sua fachada principal uma caravela com as velas içadas trazendo o símbolo da cruz de malta nelas impressa, representando, segundo o dono da casa, a descoberta do Brasil por seus conterrâneos. Também a "Casa de Santo Antônio" por nós pesquisada pertencia a um lusitano que decorou suas fachadas com pinturas referentes à descoberta do Brasil, representando nelas os símbolos de Portugal (escudo e galo típico desse país) e os instrumentos de navegação utilizados durante a primeira viagem até nosso território, tais como rosa-dos-ventos, leme, âncora, bússola etc. Do mesmo modo, em outra casa de um português que reside na Ilha do Governador, pudemos encontrar elementos semelhantes, tais como a cruz de malta, caravelas e ícones dos santos de devoção do dono da moradia. Há que destacar o caráter de *excepcionalidade* das casas pesquisadas, na medida em que em nosso trabalho procuramos documentar certos exemplos que fossem reveladores da visão-de-mundo de seus proprietários. Dessa forma, as residências citadas representariam através do abuso de materiais construtivos (azulejos decorados, pisos cerâmicos etc.) e das pinturas murais alguns aspectos considerados como *positivos* na moradia lusitana de modo geral. Ao lado da referência a seu local de origem, surgiram assim várias observações sobre a *segurança* da moradia, sendo que grande parte das construções percorridas apresentavam-se superdimensionadas, isto é, com um cálculo exagerado da quantidade de material construtivo a ser utilizado na estrutura de sustentação

da casa. Uma das hipóteses que podemos lançar sobre tais observações gira em torno da suposição de que, ao falar do aspecto da residência, seu dono estaria referindo-se também a si próprio e à sua vida. Como grande parte dos informantes de nossa pesquisa pertenciam a camadas médias em ascensão social, pode-se inferir que, ao descrever a "fortaleza" de suas moradias, os proprietários estariam representando nas casas seus anseios de ascensão econômica e de segurança financeira. Do mesmo modo, ao descreverem a chegada do primeiro lusitano ao Brasil, nas fachadas das casas, seus donos estariam talvez se referindo metaforicamente às suas próprias vidas, marcadas também pela chegada a terras brasileiras.

Um outro dado que atraiu nossa atenção girou em torno da extrema assepsia que parecia cercar essas moradias pesquisadas, pertencentes a portugueses. Embora não sendo privilégio de residências de lusitanos, já que essa preocupação com a limpeza foi decorrente em grande parte das casas percorridas, no caso daquelas de portugueses tal assepsia foi bem mais acionada no discurso de nossos informantes, aparecendo várias referências expressas à sua higiene.

Assim, na casa de Santo Antônio, a dona da casa descreveu com orgulho o fato de haver mandado cortar todas as árvores mais altas do terreno que cerca a residência, tendo mantidos alguns arbustos em canteiros demarcados e mandado cimentar todo o resto. Segundo ela, tal medida permitiu que não sujasse mais as varandas e a parte interna da casa com terra do terreno. Do mesmo modo, tal atitude foi também tomada pelos proprietários das duas outras casas portuguesas citadas acima, neste trabalho. Dois dos donos das moradias referidas, inclusive, chegaram a se referir à limpeza de suas residências, em contraposição ao que consideravam como "aquelas casas sujas e maltratadas de certos vizinhos", sendo que, para eles, *tal sujeira* estaria ligada à abundância de plantas e de terreno não-cimentado, nos jardins. Dessa forma, poderíamos talvez supor que a idéia de *sujeira* apareceria aqui representada em um sentido semelhante àquele descrito por Mary Douglas (*Pureza e Perigo*), quando esta autora argumenta que "(...) Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira, há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados (...)" (p. 50). Para Douglas, existiria uma "idéia relativa de sujeira", indicando que, por exemplo, comida não seria algo sujo em si mesmo, mas seria sujeira deixar as roupas cheias de comida etc. Podemos, portanto, interpretar a medida de eliminação da terra do quintal por parte de nossos informantes através dessa percepção de "sujeira relativa", na medida em que os donos das casas pesquisadas não considerariam então sujas em si mesmas as plantas e a terra, mas sim tomariam como sujeira o fato das varandas e a área interna das moradias poderem ficar cheias de terra e das folhas que viessem a se desprender do jardim.

Ao lado dessa observação sobre a limpeza da casa portuguesa, apareceram também nos discursos de nossos informantes referências ao *tipo* de pessoas que possuíam moradias sujas. Tais pessoas seriam definidas pelos portugueses pesquisados como sendo “gentinha”, representando, neste caso, uma indicação de escalão mais baixo da sociedade por parte daqueles que não cuidavam da higiene de suas casas. As acusações feitas pelos lusitanos, no entanto, não se limitavam a apontar como causa de tal sujeira uma estratificação inferior na escala social, mas antes alocavam seu julgamento de valor em dois tipos principais de pessoas. Haveria assim uma diferenciação possível entre “crioulos” e elementos “da terra”, representando no primeiro caso pessoas de cor negra. Para eles, elementos mulatos ou mais “escuros” possuíam casas mais maltratadas e sem padrões de higiene, enquanto os “da terra” teriam moradias “passáveis”, não tão limpas quanto as dos lusitanos mas também não tão sujas quanto as dos “crioulos”. Pode-se notar, através de tal observação, que embora as acusações dos portugueses dirijam-se primeiramente àqueles de classe social mais baixa (identificados pelo termo geral de “gentinha”), tais acusações não se situam somente em relação à sua classe, mas acabam se alocando na raça ou etnia das pessoas acusadas de possuírem casas sujas. Dessa forma, poderíamos concluir que a aparência das casas portuguesas pesquisadas — ao lado de certos valores positivos atribuídos a essas moradias — se faz também em contraste à aparência das moradias referentes a outras etnias, como no caso citado das pessoas “da terra” e dos “crioulos”. As acusações de sujeira seriam maiores no caso dos últimos, embora para nossos informantes os elementos “da terra” não apresentem o mesmo nível de assepsia presente nas residências de lusitanos.

Outra acusação recorrente quanto ao que se supõe ser a casa de *negros* para os portugueses entrevistados seria que tais moradias, além de serem sujas, seriam também consideradas “cafonas” ou de “mau-gosto” em sua decoração interna e em sua aparência exterior. Um fato a ser destacado é que, durante nossa pesquisa de campo, grande número de brasileiros também acusaram os portugueses de possuírem casas “sujas” e “cafonas”, indicando assim que o nível acusatório seria recíproco no caso de lusitanos e brasileiros.

A primeira conclusão geral que podemos chegar através dos exemplos acima referidos é que a aparência das moradias de vários grupos étnicos se faria através de *contraste*, em relação às casas de outras etnias. Dentro dessa construção por contraste ou a nível acusatório, poderíamos ainda notar que existiriam certas *gradações* no que se refere aos vários grupos étnicos. Assim, para o povo de origem alemã referido por Seyferth (*op. cit.*), pode-se inferir que a casa que viria numa ordem preferencial em termos de valoração positiva seria a própria moradia dos teuto-brasileiros, considerada como a mais limpa e bem arrumada. Após esta, viria

a casa de imigrantes europeus (italianos, poloneses); logo depois, surgiria a residência de luso-brasileiros ou caboclos, vista como "suja e maltratada", sendo que por último apareceria a residência do negro ou mestiço, percebida como tendo condições "piores" do que as demais. Já no caso dos lusitanos que tivemos a oportunidade de pesquisar, existiriam gradações em relação à casa de seus conterrâneos (a qual seria mais "limpa" e "segura") seguida pela moradia das pessoas "da terra" (casa "passável" em termos de limpeza e segurança) e vindo no final da escala valorativa a casa de "crioulos" (considerada a mais "suja" e "insegura" de todas). Além disso, no caso de nossa pesquisa, existiria um nível acusatório recíproco entre "brasileiros" e portugueses, na medida em que os primeiros acusariam também os portugueses das mesmas falhas a eles atribuídas.

Outra conclusão reside no fato de que poderíamos encontrar um "consenso no dissenso" (no sentido utilizado por Bourdieu — *Esquisse d'une théorie de la pratique*) no que se refere aos valores da moradia. Assim, ao lado de certas especificidades referentes à casa das várias etnias, existiria um *consenso* sobre os aspectos considerados como positivos e negativos a serem encontrados em sua residência. Desse modo, os valores positivos recorrentes girariam em torno da *limpeza*, *segurança*, ao lado de outros como hospitalidade, fartura na mesa etc., sendo que os dados negativos seriam aqueles que contradissem os primeiros, além da acusação de falta de gosto através, principalmente, do uso de cores berrantes.

BIBLIOGRAFIA

- CAVALCANTI, Lauro & GUIMARÃES, Dinah — *Arquitetura Kitsch suburbana e rural*. Rio de Janeiro, Editora FUNARTE, 1979.
- DA MATTA, Roberto — *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DOUGLAS, Mary — *Pureza e Perigo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- EPSTEIN, A.L. — *Ethos and identity*. London, Tavistock Publications, 1978.
- JENCKS, Charles — *Modern movements in architecture*. Middlesex, Penguin Books, 1980.
- SEYFERTH, Giralda — *A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira*. Rio de Janeiro. Museu Nacional-Xerox 4010, s/d.